



INSTITUTO DE FILOSOFIA & CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS / INTEGRAL - 44
2º. Semestre de 2007

DISCIPLINA

CÓDIGO / TURMA NOME

HZ 544A	Tópicos Especiais de Ciência Política V
----------------	--

PRÉ-REQUISITOS

HZ341/ AA200

CARGA HORÁRIA: (Nº DE HORAS POR SEMANA)

TEORIA: 04	PRÁTICA: 00	LABORATÓRIO: 00	ORIENTAÇÃO: 00	ESTUDO: 00
------------	-------------	-----------------	----------------	------------

ATIVIDADE À DISTÂNCIA: 00	HORAS AULA EM SALA: 04
---------------------------	------------------------

CRÉDITOS:

04

HORÁRIO:

3ª. feira – 19h às 23h

PROFESSOR (A) RESPONSÁVEL

Bruno Wilhelm Speck

CONTATO:

bws@unicamp.br
--

PED: A () B () ou C ()

PAD

EMENTA

Este curso terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas no conjunto de Política

PROGRAMA

Vários sistemas políticos modernos enfrentam atualmente problemas como corrupção, nepotismo, fisiologismo, crime organizado, favorecimento, “mordomias”, etc. A terminologia empregada para descrever as áreas problemáticas varia, dependendo do tipo de abordagem - jurídica política ou jornalística. A suposição que estes fenômenos possam ter um denominador comum não encontra uma confirmação imediata. Alguns apontam para os custos, mas há divergência se estes se referem à lesão ao patrimônio público ou à perda de credibilidade do sistema político-administrativo. Outros enfatizam o aspecto da transgressão, mais uma vez divergindo se esta se refere a regras formais ou ao consenso

moral. Na falta de um termo mais adequado o conceito “corrupção” representará preliminarmente toda série de problemas acima citados.

A sensibilidade pública a respeito da corrupção está crescendo. Recentemente a literatura científica internacional e nacional também está se voltando para a descrição e análise do fenômeno. A proposta da disciplina inclui a aproximação a esta produção internacional e a análise de várias áreas, tipos e casos de corrupção no Brasil na luz destas abordagens. Será incorporada também uma retrospectiva histórica e um olhar para outros sistemas políticos, que enfrentam os mesmos problemas.

No debate sobre políticas para combater a corrupção a transparência do setor público, a prestação de contas de políticos e administradores e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle são tópicos importantes. Vários autores apostam no papel do controle social, exercido através de organizações da sociedade civil, a imprensa, a iniciativa privada ou cidadãos individuais. Ao lado do controle social, muitas vezes denominado como controle vertical, existe o controle horizontal. O termo se refere ao controle exercido entre os próprios poderes políticos. Por exemplo, o controle financeiro, exercido pelos Tribunais de Contas, o controle jurídico, exercido pelo Ministério Público e Tribunais, o controle do Legislativo sobre a Administração que se manifesta por exemplo em Comissões Parlamentares de Inquérito. Muitos autores enfatizam as possibilidades de aumentar a eficiência destas instituições. O desempenho destas instituições depende em muitos casos da independência da instituição, dos recursos humanos e materiais disponíveis para a atuação e da motivação dos seus integrantes para exercer a sua função. Existem também sistemas de controle interno. Governo e Administração estão interessados em aumentar o seu desempenho e evitar a exposição a escândalos. Por este motivo mantém uma série de mecanismos para a identificação de falhas de eficiência. Para estes sistemas de controle interno, as novas tecnologias de informação podem ser decisivas. Também há experiências com novas instituições como ouvidorias para aumentar a voz do cidadão dentro da administração.

Na disciplina abordaremos assuntos específicos vinculados ao tema da corrupção, sempre seguindo o roteiro acima mencionado: Qual o estado da arte na literatura internacional sobre o tema? Como se apresenta a realidade brasileira e quais são as fontes de pesquisa? E quais são as possibilidades de reforma política, com enfoque especial sobre reformas institucionais?

Vários temas vinculados ao assunto geral *Corrupção e Integridade* serão abordados. São estes:

- (1) Corrupção – como definir, como medir?
- (2) Financiamento de Partidos e eleições – porta de entrada para a corrupção?
- (3) Contratos e obras do poder público – uma interface para arranjos corruptos
- (4) Sistemas de integridade – bases institucionais do controle da corrupção
- (5) Corrupção e cultura – preconceito ou herança comprometedora?
- (6) Governança corporativa – a integridade na área privada
- (7) Crime organizado, captura do Estado e corrupção
- (8) Corrupção e integridade no âmbito municipal

Sugestões para mudanças temáticas são bem vindas desde que estejam baseadas em uma justificativa e munidas de sugestões bibliográficas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Sessão 1 – Introdução

Apresentação da proposta da disciplina.

Roteiro dos principais temas e abordagens.

Formas de avaliação e notas.

Registro no Ensino Virtual.

Leitura obrigatória:

- Zani Andrade Brei: Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso, in: Revista de Administração Pública, vol. 30, no. 1, p. 64-77, 1996
- Código penal brasileiro

Leitura complementar:

- Zani Andrade Brei: A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema, in: Revista de Administração Pública, vol. 30, no. 3, p. 103-115, 1996 #
- Rubert F. J. Pritzl: La corrupción pública: una forma dinámica e ilegal de rentismo o rent-seeking en la lucha distributiva de los grupos de interés organizados, in: Contribuciones, Buenos Aires, a. 12, nº 4, 1995, p. 127-162 #
- Michael Überhofen: La corrupción y el derecho comparado, CIEDLA, Fundación Konrad Adenauer, Buenos Aires 1997 #

Sessão 2 – Definição e Mensuração

Leitura obrigatória:

- Bruno Wilhelm Speck: Mensurando a Corrupção: Uma revisão dos dados provenientes de pesquisas empíricas, in: Cadernos Adenauer no. 10 (Os Custos da Corrupção), São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2000, p. 9-46 @
- Johann Graf Lambsdorff: Corruption in empirical research – a review, TI Working Paper, Transparency International, Berlin, november 1999 @

Leitura complementar - Australia

- Angela Gorta, Suzie Forell: Unravelling Corruption. A Public Sector Perspective. Survey of NSW Public Sector Employees' Understanding of Corruption and Their Willingness to Take Action, Independent Commission Against Corruption, April 1994 @
- Unravelling corruption II. Exploring changes in the public sector perspective 1993-1999, Independent Commission Against Corruption, NSW/Australia, april 2001 @

Leitura complementar – Índice de percepções da corrupção

- Johann Graf Lambsdorff: Framework document 2003. Background Paper to the 2003 Corrupton Perceptions Index, Transparency International and Passau University, september 2003 @
- Johann Graf Lambsdorff: The precision and regional comparison of perceived levels of corruption. Background Paper to the 2000 Corrupton Perceptions Index, Transparency International and Göttingen University, september 2000 @
- Johann Graf Lambsdorff: How precise are perceived levels of corrupton. Background Paper to the 2001 Corrupton Perceptions Index, Transparency International and Göttingen University, june 2001 @
- Michael Johnston: The New Corruption Rankings: Implications for Analysis and

Reform, Prepared for Research Committee 24, International Political Science Association, World Congress, Quebec City, Canada, August 2, 2000 @

Leitura complementar - outros

- Mitchell A. Seligson: The impact of corruption on regime legitimacy. A comparative study of four Latin American Countries, in: The Journal of Politics, vol. 64, no. 2, May 2002, p. 408-433 @
- Van Kesteren, J.N., Mayhew, P. & Nieuwbeerta, P. (2000) Criminal Victimization in Seventeen Industrialised Countries: Key-findings from the 2000 international Crime Victims Survey. the Hague, Ministry of Justice, WODC @
- Miriam A. Golden; Lucio Picci: Proposal for a New Measure of Corruption, and Tests using Italian Data, Paper October 2001 @

Sessão 3 – Definição e Mensuração: Caso Brasil

Leitura obrigatória:

- Corrupção na Municipalidade de São Paulo. Relatório elaborado sob responsabilidade de Bruno Wilhelm Speck e Cláudio Weber Abramo, com colaboração de Salo Coslovsky: São Paulo, Transparência Brasil, setembro 2003 @

Leitura complementar:

- Survey IBOPE sobre Corrupção no Brasil, Bruno Wilhelm Speck e Cláudio Weber Abramo, São Paulo, maio de 2000 @
- Segunda Pesquisa Transparência Brasil sobre Compra de Votos em Eleições Populares, Bruno Wilhelm Speck, Cláudio Weber Abramo, Transparência Brasil, Brasília, 10 de dezembro de 2002 @
- Primeira pesquisa sobre o mercado de compra de votos na cidade de Campinas: demandas e ofertas. Resultados de levantamento realizado para a Transparência Brasil pelo instituto de pesquisa Ponto-de-Vista, Bruno Wilhelm Speck e Cláudio Weber Abramo, Campinas, 7 de novembro de 2003 @
- Bruno Wilhelm Speck: A compra de votos - Uma aproximação empírica, in: Opinião Pública, Revista do CESOP, Campinas, Vol. 9, no. 1, 2003, p. 148-169 @

Sessão 4 – Financiamento de partidos e eleições

Leitura obrigatória:

- Michael Pinto-Duchinsky: Financing politics. A global view, Journal of Democracy Volume 13, Number 4 October 2002 @
- Bruno Wilhelm Speck: O financiamento de campanhas eleitorais, in: Leonardo Avritzer, Fatima Anastásia (orgs.): Reforma Política no Brasil, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p. 153-158 @
- Daniel Zovatto: Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina, in: Revista Dados, Opinião pública, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 287-336 @

Leitura complementar:

- Transparency International's Standards on Political Finance and Favours, in: Global corruption report 2004. Special focus: political corruption, Transparency International, London (K); Sterling (VA, USA), 2004, p. 16-17 @

- The Carter Center: Financing Democracy: Political Parties, Campaigns, and Elections, Statement of the Council of Presidents and Prime Ministers of the Americas, Atlanta Georgia, March 19, 2003 @
- Global corruption report 2004. Special focus: political corruption, Transparency International, London (K); Sterling (VA, USA), 2004, (Part one: political corruption, p. 19-88)
- Bruno Wilhelm Speck: Como financiar a competição política? Concepções contemporâneas, ilustrações do caso da Alemanha e perspectivas para a situação em Uruguay, in: Gerardo Caetano et alii: Dinero y Política. El Financiamiento de los Partidos en la Democracia, Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental, 2002, p. 15-41 @

Sessão 5 – Financiamento de partidos e eleições: Caso Brasil

Leitura obrigatória:

- Cláudio WSeber Abramo: Um mapa do financiamento político nas eleições municipais brasileiras de 2005, Transparencia Brasil, Janeiro 2005
- David J. Samuels: Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil, in: The Journal of Politics, Vol. 64, No. 3, August 2002, p. 845–863 @

Leitura complementar:

- Bruno Wilhelm Speck: O financiamento político no Brasil. Normas e práticas vigentes. Relatório OEA, 2003 @
- Samuels, David: Does Money Matter? Campaign Finance in Newly Democratic Countries: Theory and Evidence from Brazil, in: Comparative Politics 34(3): 23–42, 2001 @
- Lei Partidos Políticos (Lei 9.096 de 1995) @
- Lei Eleitoral (Lei 9.504 de 1997) @
- Projeto de Lei (PL 2.679 Câmara dos Deputados) Reforma Política
- www.asclaras.org.br
- www.tse.gov.br

Sessão 6 – Contratos e obras

Leitura obrigatória:

- Cláudio Weber Abramo, Eduardo Capobianco, Rubens Naves: Contratações de obras e serviços (licitações), in: Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência, Campinas, Editora Unicamp, p. 105-131 @
- Marques, Eduardo Cesar: Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade, in: RBCS Vol. 14 no 41 outubro, 1999, p. 45-67 @
- Lei Licitações públicas (Lei 8.666 de 1993) @
- Transparencia Internacional para América Latina e Caribe: Proyecto regional: Licitaciones públicas transparentes. Mapa de riesgos, 2001 @
- Ray F. Bange: Procurement, profits and probity. The Challenge to Professional Responsibility, in: Forum on Corruption in International Procurement, Canberra/Sydney, March 1997
- Public Procurement: Where the Public and Private Sectors Do Business, in: Jeremy

Pope: National integrity systems. The TI Sourcebook, 2000, Chapter 22 @

Leitura complementar:

- Andréa C. Gomes Fernandes: Governo eletrônico. Compras governamentais pela internet: vantagens e desafios, in: Informe-se, BNDES, no. 35, janeiro 2002 @
- Andréa C. Gomes Fernandes: Governo eletrônico. Compras governamentais eletrônicas no Brasil: como funcionam os principais sistemas em operação, in: Informe-se, BNDES, no. 39, abril 2002 @
- Marco Celentani (Universidad Carlos III de Madrid), Juan-José Ganuza (Universitat Pompeu Fabra) Corruption and competition in procurement, March, 2000
- David Drabkin (U.S. General Services Administration), Khi V. Thai (Florida Atlantic University): U.S. Federal government procurement: structure, process and current issues, paper presented at the International Purchasing and Supply Education and Research Association's Comparative Public Procurement Cases Workshop, Budapest, Hungary, April 10-12, 2003 @
- Heloíza Camargos Moreira, José Mauro de Moraes (IPEA): Compras Governamentais: Políticas e Procedimentos na Organização Mundial de Comércio, União Européia, Nafta, Estados Unidos e Brasil, CEPAL, Escritório no Brasil, Setembro 2002 @
- Cláudio Weber Abramo: Prevention and detection in bribery-affected public procurement, Working paper, 2003 @

Sessão 7 – Sistemas de integridade

Leitura obrigatória:

- Carlos Estevam Martins: Governabilidade e Controles, in: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, vol. 23, nº 1, 1989, p. 5-20 #
- Langseth, Petter, Rick Stapenhurst, and Jeremy Pope. 1997. The Role of a National Integrity System in Fighting Corruption. EDI Working Paper 400/142, E1976. Washington: The World Bank. @
- O'Donnell, Guillermo: Accountability Horizontal e Novas Poliarquias, in: Lua Nova, São Paulo, nº 44, 1998, p. 27-54 @

Leitura complementar:

- Jeremy Pope: National integrity systems. The TI Sourcebook, 2000, Chapter 22 @ <http://www.transparency.org/sourcebook>
- Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência. Análise dos componentes de um sistema nacional de integridade, Campinas, Editora Unicamp
- TI National Integrity Systems. Country Studies @ http://www.transparency.org/activities/nat_integ_systems/country_studies.html
- Center for Public Integrity: Indonesia: Tracking Corruption, Government, Accountability and Openness, Global Access Country Report, Center for Public Integrity, Washington, 2002 @

Sessão 8 – Sistemas de integridade: Controle legal e material

Leitura obrigatória:

- Kenneth M. Dye, Rick Stapenhurst: Pillars of Integrity: The Importance of Supreme

Audit Institutions in Curbing Corruption. Economic Development Institute of the World Bank. EDI Working Papers. Washington, 1998 @

- Rick Stapenhurst, Jack Titsworth: Features and functions of supreme audit institutions, PREM Note No. 59, The World Bank, October 2001 @
- Bruno Wilhelm Speck, José Nagel: A Fiscalização dos Recursos Públicos pelo Tribunais de Contas, in: Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência. Análise dos componentes de um sistema nacional de integridade, Campinas, Editora Unicamp, 2002, p. 227-257 @

Leitura complementar:

- Bruno Wilhelm Speck: Inovação e Rotina no Tribunal de Contas da União. O Papel da Instituição Superior de Controle Financeiro no Sistema Político-Administrativo do Brasil, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000 @
- Eloise Monteiro, Bruno Wilhelm Speck, Denise Frossard: A impunidade em questão. Radiografia da tramitação de processos relativos a crimes de corrupção no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, in: Revista Cidadania e Justiça, Associação dos Magistrados Brasileiros, Rio de Janeiro, ano. 5, no. 12, 2o. semestre 2002, p. 194-204 @
- Teresa Sadek, Marcelo Figueiredo, Bruno Wilhelm Speck, Kenarik Boujikan Felipe: Os Atores do Sistema de Justiça, in: Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência. Análise dos componentes de um sistema nacional de integridade, Campinas, Editora Unicamp, 2002, p. 259-281 @

Sessão 9 – Sistemas de integridade: Controle político

Leitura obrigatória:

- Nick Manning, Rick Stapenhurst: Strengthening oversight by legislatures, The World Bank, Premnotes no. 4, October 2002 @
- Argelina Cheibub Figueiredo: Instituições e Política no Controle do Executivo, in: DADOS—Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº 4, 2001, pp. 689 a 727
- Luis Pedone et alii: O controle pelo legislativo, in: Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência. Análise dos componentes de um sistema nacional de integridade, Campinas, Editora Unicamp, 2002, p. 201-225 @

Leitura complementar:

- OECD report on parliamentary procedures and relations, OECD, PUMA, Paris, January 2001 @
- Marcos Camargo Campagnone: Parlamento transparente. Sistema de desempenho do Parlamento, CEPAM, São Paulo, 2003 @
- Committee on Standards in Public Life <http://www.public-standards.gov.uk/>

Sessão 10 – Sistemas de integridade: Controle social

Leitura obrigatória:

- Stiglitz, Joseph E. (Senior Vice President and Chief Economist, The World Bank): On liberty, the right to know and public discourse, Oxford Amnesty Lecture, Oxford, U.K., January 27, 1999 @

- Klaus Frey et alii: O acesso à informação, in: Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência. Análise dos componentes de um sistema nacional de integridade, Campinas, Editora Unicamp, 2002, p. 377-408 @

Leitura complementar:

- Rick Stapenhurst: The Media's Role in Curbing Corruption, World Bank Institute Working Paper, 2000 @
- Heródoto Barbeiro: Mídia e investigação, in: Bruno Wilhelm Speck (org.): Caminhos da transparência. Análise dos componentes de um sistema nacional de integridade, Campinas, Editora Unicamp, 2002, p. 409-420 @
- Global Corruption Report 2003, edited by Robin Hodess with Tania Inowlocki and Toby Wolfe, Part one: Special focus: access to information, 7-76 @
- Desburocratização eletrônica nos Estados brasileiros, Instituto Euvaldo Lodi, FIERJ, Rio de Janeiro, novembro 2002 @
- Bremaeker, François E. J. de: A informatização na área municipal, Ibam, Série Estudos Especiais nº 22, Rio de Janeiro, abril de 2001 @

Sessão 11 – Corrupção e cultura: História

Leitura obrigatória:

- Luis Carlos Bresser Pereira: Cidadania e res pública: a emergência dos direitos republicanos, in: Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 34, nº 136, 1997, p. 289-313 #
- Pedro Rodrigues de Albuquerque Cavalcanti: A corrupção no Brasil, São Paulo, Siciliano, 1991 #

Leitura complementar:

- Arte de Furtar. Anônimo (Século XVIII) Apresentação João Ubaldo Ribeiro, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992 #
- John T. Noonan Jr.: Subornos, Rio de Janeiro, Editora Betrand do Brasil, 1989 #

Sessão 12 – Corrupção e cultura: Cotidiano

Leitura obrigatória:

- Mars, Gerald: Cheats at work. An anthropology of workplace crime, Aldershot/England, Dartmouth, 1994 4th ed. (orig. 1982) #
- Clóvis Abreu Vieira, Frederico Lustosa da Costa, Lázaro Oliveira Barbosa: O "jeitinho" brasileiro como um recurso de poder, in: Revista de Administração Pública, 16 (2), p. 5-31, 1982 #
- Barbosa, Livia: O jeitinho brasileiro. A arte de ser mais igual que os outros, Rio de Janeiro, Campus, 1992 #
- Carlos Alberto Almeida: “Negociata é um bom negócio para o qual não fomos convidados”, Relatório Pesquisa Social Brasileira, Rio de Janeiro, 2002 @

Leitura complementar:

- Clóvis Abreu Vieira, Frederico Lustosa da Costa, Lázaro Oliveira Barbosa: O "jeitinho" brasileiro como um recurso de poder, in: Revista de Administração Pública, 16 (2), p. 5-31, 1982 #

- Robert M. Levine: Jeitinho Land, in: Brazzil, January 1988 @
- Lourenço Stelio Rega: A institucionalização do jeito, in: idem: Dando um jeito no jeitinho - como ser ético sem deixar de ser brasileiro, São Paulo, Editora Mundo Crítico, 2000 @

Sessão 13 – Governança corporativa

Leitura obrigatória:

- Kathryn Gordon and Maiko Miyake: Business Approaches to Combating Bribery: A Study of Codes of Conduct, OECD, Working Papers on International Investment, Number 2000/1, last revised 2001 @
- Klaus M. Leisinger: Globalization, minima moralia, and the responsibilities of multinational companies, Novartis Foundation for Sustainable Development (NFSD), 2001 @

Leitura complementar:

- M. Cecilia Arruda: Business Ethics in Latin America. Journal of Business Ethics. Vol. 16, No. 14. Boston: Kluwer, October 1997 #
- Klaus M. Leisinger: Corporate Ethics and International Business: Some Basic Issues, Novartis Foundation, Hong Kong, June 1994 @
- Klaus M. Leisinger: Multinational Corporations, Governance Deficits, and Corruption: Discussing a Complex Issue from the Perspective of Business Ethics, lecture given at the 9th Annual Conference of The European Business Ethics Network "Working Across Cultures" Frankfurt, September 18-20, 1996 @

Sessão 14 – Crime organizado e corrupção

Leitura obrigatória:

- Gianluca Fiorentini: Organized crime and illegal markets, in: Encyclopedia of Law and Economics, 1999 @
- Guaracy Mingardi: O Estado e o crime organizado, Tese Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP 1998

Leitura complementar:

- Lia Osorio Machado: Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazonia, MOST Discussion Papers, no. 22, sem ano @
- Regine Schönenberg: Drug-trafficking in the Brazilian Amazon, paper, Berlin, August 2000 @

Sessão 15 – Corrupção no âmbito municipal: problemas

Leitura obrigatória:

- Antoninho Marmo Trevisan et alii: O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil, Ateliê Editorial, Cotia-SP, 2003 @
- Relatório final da CPI do FUNDEF, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, abril 2001 @

Leitura complementar:

- Juliet Gole: The Role of Civil Society in Containing Corruption at the Municipal

Level, Open Society Institute, April 1999, Bratislava, Slovakia @

Sessão 16 – Corrupção no âmbito municipal: soluções

Leitura obrigatória:

- O papel da Câmara Municipal na gestão fiscal, Cadernos IBAM no. 7, 2001 @
- Victor Faccioni: Sistema de controle interno na administração pública municipal, Belém do Pará, novembro 2001 @

Leitura complementar:

- Alcides Redondo Rodrigues: Gestão e controle das despesas do Poder Legislativo Municipal face à Emenda Constitucional no. 25. Debastando arestas e desatando nós, IBAM, Rio de Janeiro, 2001 @

BIBLIOGRAFIA

Vide acima

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Notas

Cada aluno escolherá, desde já, um tema para o trabalho final o qual deverá ter um volume entre 8.000 e 12.000 caracteres e será entregue em formato eletrônico. A avaliação final se baseia na participação em sala de aula e na nota para o trabalho final.

Plágio

Resta dizer uma palavra sobre um assunto delicado, mas importante. Nas ciências sociais a leitura e discussão dos trabalhos realizados por outros autores é parte essencial do processo criativo. Muitas vezes nos inspiramos, concordando ou discordando dos mestres e colegas. Porém, a mera cópia de textos ou trechos sem a devida identificação da fonte, o plágio, é um crime. Nestes casos a avaliação final será 0 (zero).

HORÁRIO DE ATENDIMENTO A ALUNOS

Antes e depois da aula ou marcar previamente por meio de correio eletrônico

bws@unicamp.br